

Chamamento Público nº 01/2016. Processo nº 02/2016. Objeto: Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Região Norte. Vigência do ajuste: 60 meses 09/05/2016 a 09/05/2021. Valor R\$ 15.600.000,00. Exercício: 2018. INSTRUÇÃO POR: UR-04. PROCESSO PRINCIPAL: 11855.989.17-4. Proc.: 0001756.989.19-8.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA (CNPJ 44.477.909/0001-00). Advogado: RONALDO SÉRGIO DUARTE (OAB/SP 128.633-9). ORGANIZ. SOCIAL: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL UNIVERSITÁRIO (CNPJ 09.528.436/0001-22). Advogado: JEFFERSON LUIZ MAZZINI (OAB/SP 137.721). INTERESSADO(A): DANIEL ALONSO (CPF 068.109.988-03). VINICIUS ALMEIDA CAMARINHA (CPF 285.367.778-85). FERNANDO BIGOTTO PASTORELLO (CPF 289.231.488-73). DANILIO AUGUSTO RIGESCHI (CPF 268.851.058-48). Assunto: Prestação de Contas de 2019. Contrato de Gestão nº 1292, de 09/05/2016. Processo nº 02/2016. Objeto: Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Região Norte. Vigência do ajuste: 60 meses (09/05/2016 a 09/05/2021). Valor R\$ 9.600.000,00/ano (municipal) e R\$ 6.000.000,00/ano (federal). Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-04. PROCESSO PRINCIPAL: 11855.989.17-4.

Vistos.

Considerando o apontado pela Unidade Regional de Marília, UR-04, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, notifica a Prefeitura Municipal de Marília, a Associação Beneficente Hospital Universitário - ABHU, os responsáveis, à época, Sr. Daniel Alonso - Prefeito Municipal, Sra. Kátia Ferraz Santana - Secretária Municipal, Sr. Ricardo Sevilha Mustafa - Secretário Municipal e a Sra. Regina Lúcia Ottaviano Losasso Serva - Diretora Presidente da ABHU, para que no prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento tomem da manifestação do referido órgão técnico e apresentem, se desejarem, as alegações que entenderem necessárias na defesa de seus direitos, comprovando as no que couber.

Publique-se e Notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tcesp.gov.br.

Proc.: 00020276.989.20-9.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO (CNPJ 45.709.920/0001-11). ORGANIZ. SOCIAL: HOSPITAL MAHATMA GANDHI (CNPJ 47.078.019/0001-14). Advogado: TIAGO BIZARI (OAB/SP 290.693). Assunto: Contrato de Gestão n. 61-2017 que tem por objeto a gestão da Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Porte II - 24 horas (CNPES 7697422) e a prestação de serviços médicos especializados em diversas áreas para o atendimento de plantão de retaguarda do Hospital Municipal de Bebedouro "Júlio Pinto Caldeira" (CNPES 282381), em conformidade com o Processo n. 155-2017, Dispensa de Licitação n. 90.007-2017, Termo de Referência e Anexos. Exercício: 2017. INSTRUÇÃO POR: UR-06. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00020236.989.20-9, 00020340.989.20-1, 00020342.989.20-9, 00008656.989.21-7, 00008657.989.21-6, 00008661.989.21-0, 00008662.989.21-5, 00008663.989.21-8, 00009572.989.21-8, 00009880.989.21-5, 00024022.989.21-4.

Vistos.

O Sr. José Baptista de Carvalho Neto (evento 82), requer habilitação e participação nos autos, entretanto, não é possível o atendimento do pleito tendo em vista que o interessado não é parte no presente processo.

Por outro lado, poderá o interessado ter vistas dos autos para conhecimento da instrução e futuro julgamento, a qual fica desde já deferida.

Publique-se.

Proc.: 00021439.989.21-1.

MENTIONADO(A): CAMARA MUNICIPAL DE JAU (CNPJ 49.895.378/0001-90). ÓRGÃO DA ORIGEM: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIAO (CNPJ 26.989.715/0003-74). Assunto: OFÍCIO N.º 404/2021/PRM-JAU-SP, de 15 de outubro de 2021. Referência: Resolução nº 371/2021 - Câmara Municipal de Jau/SP. Assunto: encaminhando cópia integral da Resolução nº 371/2021 - Câmara Municipal de Jau/SP, que aprova o Relatório Conclusivo da Comissão Especial de Inquérito Instituída pela Portaria n.º 39, de 02 de março de 2021, destinada a apurar a aplicação de verbas destinadas ao combate do covid-19, para ciência e eventuais providências. Subscrito pelo Procurador da República Dr. MARCOS SALATI. Exercício: 2021.

Vistos.

Tendo em vista que a comunicação do presente expediente foi posterior à emissão do relatório das contas da Prefeitura Municipal de Jau relativas ao exercício de 2020 e que foi extraída cópia do mesmo e encaminhada ao relator das contas da Prefeitura do exercício subsequente, arquivem-se.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Processo: TC-024220.989.21-4

Representante: DPC Construções e Serviços EIRELI

Advogada: Andreza Francieli Gonçalves de Souza, OAB/SP nº 412.667

Representada: Prefeitura de Itapevi

Responsáveis: Igor Soares Ebert, Prefeito;

Marcos de Oliveira Anjos, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

Objeto: Impugnação ao auto de Concorrência Pública nº 15/2021, com vistas à "contratação de empresa especializada para a reforma do Centro Municipal de Formação de Professores: Anísio Spínola Teixeira".

Regime de Licitação: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Sessão Pública: 17 de dezembro de 2021.

Data da Impugnação: 13 de dezembro de 2021.

Trata-se de representação formulada por DPC Construções e Serviços EIRELI em face do edital de Concorrência Pública nº 15/2021, promovida pela Prefeitura de Itapevi com vistas à "contratação de empresa especializada para a reforma do Centro Municipal de Formação de Professores: Anísio Spínola Teixeira", cuja sessão de abertura encontra-se designada para 17 de dezembro de 2021.

A autora suscita possível defasagem da planilha de custos da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo - SIURB em que se apoia o orçamento estimado, ao deparar-se com a utilização de preços que se reportam a janeiro de 2021 quando já disponibilizados os valores referenciais de julho.

No seu entendimento, a superação do interesse máximo de 06 (seis) meses para atualizaridade das tabelas oficiais, em desprestígio às oscilações inflacionárias da parcela operacional, dada a posição preponderante na jurisprudência deste Tribunal, dando azo à apresentação de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro tão logo subscrito o auto ajuste.

Vislumbra contrarrazões na redação da cláusula 11.9 do ato convocatório, segundo a qual os "pagamentos não isentam a detentora das responsabilidades contratuais, nem implicarão aceitação das obras/serviços", pois, a seu ver, a satisfação do débito demonstra a correta aprovação da parcela operacional.

Queixa-se da omissão de diretrizes operacionais e critérios remuneratórios para colocação de tapumes e instalação de sanitários químicos, do que infere burla aos preceitos da Norma Regulamentadora da Segurança e da Medicina do Trabalho -

NR nº 18, ou, ao menos, expectativa de execução dos encargos normativos a expensas da contratada, por gratuidade ou preço inexequível.

Crítica à inclusão de serviços de acoplamento de divisórias do tipo "dry-wall" no rol de atividades sujeitas à comprovação de prévia experiência para fins de qualificação técnico-operacional, ao argumento de que o item sequer constaria das planilhas orçamentárias, tampouco considerando pertinente a apuração do trajeto com aplicação de força de gesco acartonado, à custa do diminuto impacto financeiro, equivalente a 3,11% do custo total do projeto.

Dai rogar pela expedição de medida liminar suspensiva do procedimento, para que, ao fim, seja determinada a reificação e republicação do edital.

Este o relatório.

Razões articuladas na inicial não coligem elementos capazes de comunicar manifesta ilegalidade nas disposições convocatórias ou circunstâncias nitidamente restritivas ao ingresso na disputa, hipóteses às quais se reserva a via do exame prévio. Embora a jurisprudência desta Corte, de fato, prescreva a observância do interregno máximo de seis meses entre a deflagração da contenda e a edição dos boletins de preços oficiais que balizam a composição das estimativas orçamentárias, equivocosa é a representante na interpretação da cronologia dos eventos.

De acordo com informações extraídas da página eletrônica da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo - SIURB (https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/tabelas_de_custos/index.php?c=212474), "As tabelas data-base Julho de 2021 são as últimas versões disponíveis e foram publicadas no dia 03 de dezembro de 2021, com reatificações publicadas dia 04 e 14 de dezembro de 2021".

A apesar que os fascículos elaborados pela SIURB submetem-se a revisões semestrais, para alinhamento aos valores de mercado vigentes em janeiro e julho de cada ano, não há censurar, em juízo abstrato e preventivo, seleção pública cujo orçamento básico alude a planilhas referenciais que, à época da divulgação do aviso de torneio, em 12 de novembro de 2021 (http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/naw_vf/index.asp?c=31195&e=20211112&p=1, fi. 387), correspondiam à versão mais recente dos estudos técnicos.

Sem oferecer quaisquer evidências que possam conferir lastro à necessidade de imediata reposição inflacionária, as alegações da autora, relegadas ao campo da mera especulação, extrapolam matéria passível de escrutínio em ro sumário.

Nenhuma contradição desponta da cláusula que afasta eventual correlação entre a execução das despesas e a aceitação das obras, institutos cuja natureza jurídica e repercussões fáticas em muito divergem.

Deversas, o recebimento provisorio ou definitivo do objeto constitui mecanismo formal de liberação dos compromissos contratuais que, à luz do artigo 76, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, atesta a adequação dos serviços às finalidades administrativas e ao interesse público ambicionado, enquanto a quitação periódica das contraprestações pecuniárias nada mais é senão consequência natural do vínculo de reciprocidade, em prevenção à perspectiva de enriquecimento sem causa do erário, que passa incólume a saltos lógicos desprovidos de fundamentação legal.

Alvorado de descompasso com as orientações normativas aplicáveis ao resguardo da saúde e segurança dos operários da construção civil sucumbe em face da expressa atribuição à futura contratada do dever de "Apresentar localização e layout do Canteiro de Obras, em conformidade com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho".

À míngua de indícios verossímeis da hipotética ausência de previsão orçamentária para gastos com tapumes e sanitários químicos, prevalece cenário no qual, em conformidade à presunção de legalidade e legitimidade dos atos administrativos, mostra-se plausível cogitar que a Origem, no exercício de seu apuratório discricionário, julgou mais conveniente a diluição dos dispêndios em quesitos conexos, sob a rubrica de "serviços preliminares".

Também inserida na órbita da discricionariedade administrativa, a seleção da parcela de maior relevância, decerto, tem amparo em avaliações técnicas conduzidas pelos setores do órgão licitante, devidamente acostadas aos autos do processo no qual se desenvolvem os trâmites licitatórios.

De toda sorte, a comprovação do desempenho anterior de tarefas similares as que integram memorial descritivo, apontadas como imprescindíveis para o Município, não parece desbordar dos limites da razoabilidade.

Vale, ainda, mencionar que, em sentido oposto ao enduzido na inicial, a instalação de divisórias em "dry-wall" ao contrário correspondência na pormenorização das estimativas orçamentárias, uma vez que o sistema de construção a seco equipara-se à utilização de placas de gesso acartonado, ao abrigo do item 04.01.04 do Anexo II - Modelo de Planilha de Preços Unitários para apresentação da Proposta Comercial (evento 14, fl. 22).

Nessa conformidade, adstrito às questões declinadas pela autora, indefiro o pedido de suspensão liminar da licitação, sem embargo de frisar que as presentes conclusões, de cunho apriorístico, não esgotam competência desta Corte para apuração dos atos punitivos praticados pela Prefeitura de Itapevi no âmbito da Concorrência Pública nº 15/2021, sujeitos a oportuno controle pelo rito ordinário, nos termos das Instruções vigentes.

Publique-se.

DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Expediente: TC-014223.989.21-1

Requerente: Associação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo

Mencionado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Assunto: Fomento de dados e documentos relativos à execução orçamentária da Corte Estadual.

Referente aos: TC-002506.989.21-9 e TC-005393.989.215

Vistos.

Sirva o presente de subsídio aos trabalhos da Fiscalização no exame das Contas do e. Tribunal de Justiça relativas ao exercício de 2021, matéria abrangida no processo TC-002506.989.21-9.

Feita a necessária vinculação processual, à DF-02 para proceder conforme de estilo, observada a programação anual da fiscalização.

Antes, porém, vista ao Ministério Público de Contas.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Processo: TC-00036.989.21-6

Processo Principal: TC-007285.989.20-8

Órgão: Prefeitura Municipal de Araçuaia

Advogado: Rodrigo Cutigui (OAB/SP n. 245.921)

Responsável: Edson Antônio Edinho da Silva - Prefeito

Em Exame: Acompanhamento Especial - Covid-19 (Período: novembro/2021).

Exercício: 2021

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid-19, inserido no evento n. 196, traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observando o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tcesp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-00091.989.21-0

Proc. Principal: TC-006781.989.20-7

Órgão: Prefeitura Municipal de Elias Fausto

Responsável: Mauricio Baroni Bernardinetti

Materia: Acompanhamento Especial - COVID-19 - Novembro/2021

Exercício: 2021

Advogados: Jesuino Jose Mattiuzzo (OAB/SP nº 56.804) e Jose Elias Aun Filho (OAB/SP nº 139.906)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid (evento 215) traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observando o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tcesp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-0000932.989.21-3

Processo Principal: TC-00006821.989.20-9 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Igaratá (CNPJ nº 46.694.147/0001-20)

Advogado: Luan Aparecido de Oliveira (OAB/SP nº 387.051)

Interessado: Elzo Elias de Oliveira Souza - Prefeito

Advogados: Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953) e Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226)

Assunto: Acompanhamento Especial - Covid-19 - Exercício de 2021

Em Exame: Fiscalização referente ao mês de novembro de 2021 (evento 136)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observando o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tcesp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-000936.989.21-9

Proc. Principal: TC-007101.989.20-0

Órgão: Prefeitura Municipal de Jamboré

Responsável: Carlos Alberto de Souza

Materia: Acompanhamento Especial - COVID-19 - Novembro/2021

Exercício: 2021

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid (evento 141) traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observando o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tcesp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-000939.989.21-6

Referente ao: TC-006881.989.20-6 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato (CNPJ nº 46.643.482/0001-07)

Interessado: Edmar José de Araújo

Assunto: Acompanhamento especial - Covid-19 - Exercício de 2021

Em Exame: Fiscalização referente ao mês de novembro/2021 (evento 97)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observando o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tcesp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.

PROCESSO: TC-001097.989.21-4

ORÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUA (CNPJ 46.522.959/0001-98)

ADVOGADO: NORBERTO FONTANELLI PRESTES DE ABREU E SILVA (OAB/SP 172.253) / GREGÓRIO BATTAZZA LONZA (OAB/SP 192.332)

RESPONSÁVEL: FRANCISCO MARCELO DE OLIVEIRA (CPF 155.967.468-78)

EM EXAME: Acompanhamento Especial - Covid-19 (Período: novembro/2021)

EXERCÍCIO: 2021

PROC. PRINCIPAL: TC-7335.989.20-8

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid-19, inserido no evento n. 189, traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observando o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

do o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tcesp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-00001244.989.21-6

Processo Principal: TC-00007201.989.20-9 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Ibiúna (CNPJ nº 46.634.531/0001-37)

Interessado: Paulo Kenji Sasaki - Prefeito

Assunto: Acompanhamento Especial - Covid-19 - Exercício de 2021

Em Exame: Relatório da Fiscalização referente ao mês de novembro de 2021 (evento 212)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observando o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tcesp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-001424.989.21-8

Proc. Principal: TC-007300.989.20-9

Órgão: Prefeitura Municipal de Itapetecira da Serra

Responsável: Francisco Tadoo Nakano

Materia: Acompanhamento Especial - COVID-19 - Novembro/2021

Exercício: 2021

Advogados: Karina Belan Campos (OAB/SP nº 174.671); Roseli Aparecida Bento Ferreira (OAB/SP nº 199.107) e Katia Cristina Andrade (OAB/SP nº 282.629).

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid (evento 159) traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observando o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tcesp.gov.br, conforme Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-00001500.989.21-5

Processo Principal: TC-00007183.989.20-1 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Boituva (CNPJ nº 46.634.499/0001-90)

Interessado: Edson José Marcusso - Prefeito

Assunto: Acompanhamento especial - Covid-19 - Exercício de 2021